



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quinta-feira	IBovespa nos últimos dias	Na quinta-feira	Últimos	Comercial, venda na quinta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,99% São Paulo	186.595	18/setembro 5,144	R\$ 1.621	R\$ 5,909	13,65%	13,66%	0,67
0,31% Nova York	183.965	21/setembro 5,108					0,58
	21/9 22/9 23/9 24/9	22/setembro 5,102					0,16
		23/setembro 5,168					0,07
							-0,32

CONTAS PÚBLICAS

Com deficit de R\$ 80 bi, governo libera gastos

Considerando os descontos legais, como precatórios, o saldo negativo previsto para 2026 é de R\$ 13,6 bilhões. Relatório reduz para R\$ 2,4 bilhões o bloqueio no Orçamento deste ano. Por outro lado, contingencia R\$ 13,6 bilhões

» RAPHAEL PATI

O governo elevou a previsão de deficit efetivo das contas públicas em 2026. O resultado negativo projetado passou de R\$ 52 bilhões para R\$ 80,9 bilhões, sem considerar despesas que podem ser abatidas do cálculo da meta fiscal.

Após as deduções permitidas pelas regras fiscais de precatórios e de gastos com saúde, educação e defesa, o resultado projetado passou de superávit de R\$ 10,8 bilhões para deficit de R\$ 13,6 bilhões.

Os números constam do *Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias* (RARDP), divulgado ontem pela equipe econômica. Por causa da nova projeção, o governo adotou, pela primeira vez no ano, um contingenciamento orçamentário de R\$ 13,6 bilhões.

Ao detalhar o relatório, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, disse que o resultado primário do governo ficará entre o piso e o centro da meta fiscal este ano. O alvo é um superávit primário de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB), equivalente a R\$ 34,4 bilhões, com tolerância de 0,25 ponto percentual para mais ou para menos, o que significa que pode chegar a zero pelo intervalo de tolerância.

“As metas do exercício estão asseguradas. Estamos bem convictos desse processo, sem hesitar em fazer as medidas necessárias para o cumprimento”, assegurou Ceron, que foi completado por Bruno Moretti: “Considera-se cumprida a meta quando atinge o limite inferior”.

As deduções à meta agora somam R\$ 67,3 bilhões — ante R\$ 62,8 bilhões no relatório anterior. Com isso, o governo transformou a estimativa de superávit primário de 2026, que era de R\$ 10,8 bilhões, em um deficit de R\$ 13,6 bilhões. Sem deduzir os R\$ 67,3 bilhões de exceções, o resultado efetivo (ou cheio) esperado para o ano é negativo em R\$ 80,9 bilhões, ante um resultado negativo de R\$ 52 bilhões no relatório anterior.

Sobre o Imposto de Renda, o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, reforçou que

Washington Costa/MF



O ministro Moretti (E), do Planejamento, e o secretário Ceron, da Fazenda, garantiram que o governo vai cumprir a meta fiscal

há neutralidade com isenção ampliada para salários de até R\$ 5 mil. Até julho deste ano, a arrecadação acumulada correspondia a aproximadamente 18,31% da projeção estimada em R\$ 17,20 bilhões. Moretti apontou que “alguma frustração” neste ano não vai ocorrer nos próximos exercícios.

Ele ressaltou que há progressividade tributária e reafirmou que a compensação da isenção do IR até R\$ 5 mil segue funcionando. Ao ser questionado sobre estimativas de despesas, o ministro disse não ver nenhum “ator relevante” apontando para “subestimativa” das despesas do governo.

Congelamento

Segundo o relatório, o governo federal abriu espaço para o aumento de despesas discricionárias no 4º bimestre de 2026. Houve redução de R\$ 17,9 bilhões para R\$ 2,4 bilhões do bloqueio no orçamento

federal em 2026. Por outro lado, também divulgaram um novo contingenciamento de R\$ 13,6 bilhões a partir deste bimestre.

De acordo com o ministro Moretti, a revisão do bloqueio nas contas do governo foi possível em razão da queda nas despesas com benefícios previdenciários pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que tiveram uma redução de R\$ 11,5 bilhões nas projeções para 2026, que se refere a uma despesa primária sujeita ao limite da meta fiscal.

Outras despesas que devem ficar menores no ano, segundo o MPO, são os relacionados a Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 4,1 bilhões), ao Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social — BPC/LOAS (R\$ 1,8 bilhões) e com subsídios, subvenções e o Programa de Garantia de Atividade Agropecuária — Proagro (R\$ 1,1 bilhões). Por outro lado, despesas obrigatórias com controles de fluxo devem subir R\$ 3,1 bilhões.

O chefe da pasta disse, inclusive, que a redução das despesas com a Previdência Social permitiu que o governo ampliasse o valor mínimo do benefício do Bolsa Família, de R\$ 600 para R\$ 691, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado dos últimos quatro anos. “O fato é que a gente só liberou o realjuste do programa pela inflação nos termos que a lei autoriza, quando realmente a gente estava com os dados em mãos e teve clareza que, em particular, a previdência sofreria uma queda na projeção. Não quer dizer uma redução de despesa, mas uma redução da projeção de crescimento da despesa da previdência”, explicou Moretti.

Vale lembrar que, segundo a regra fiscal aprovada em 2023, o Orçamento distingue os bloqueios dos contingenciamentos. Esse último é utilizado quando as receitas são frustradas e servem para o governo assegurar o cumprimento

da meta de resultado primário. Já o primeiro é aplicado quando há um aumento das despesas obrigatórias, que, segundo o governo, devem ser menores do que as projetadas no bimestre anterior.

No caso do contingenciamento, o governo decidiu elevar de zero para R\$ 13,6 bilhões essa contenção em razão da previsão de novos gastos no último bimestre do ano, como o da subvenção ao diesel. “Em vez de a gente fazer uma liberação de recurso nesse momento, nós já estamos segurando isso já, porque sabemos que virá a demanda de novo, olhando para a base legal existente sobre diesel”, destacou o ministro.

Apesar de as despesas com a Previdência indicarem uma queda, os dados divulgados pela equipe econômica mostram que a projeção para despesas primárias totais cresceram R\$ 2,645 trilhões para R\$ 2,667 trilhões. Nesse mesmo período, as receitas também caíram de R\$ 3,237 trilhões para R\$ 3,221 trilhões. Por

conta desses e de outros indicadores, o orçamento saiu de um espaço de R\$ 10,8 bilhões para um ajuste de R\$ 13,6 bilhões para atingir o limite inferior da meta, o que fez com que o governo aplicasse o contingenciamento nessa mesma proporção.

Subvenção

O governo prepara nova proposta para manter os subsídios para o diesel, segundo informou Moretti, já que a medida provisória (MP) que concede subvenção provisória de R\$ 1,12 por litro de diesel perde a validade amanhã. De acordo com o ministro do Planejamento, os subsídios para o diesel já custaram R\$ 40 bilhões aos cofres da União, o que inclui o valor projetado até o final do ano.

Dentro do valor contingenciado de R\$ 13,6 bilhões, está incluída uma parcela de R\$ 5 bilhões que, de acordo com o ministro do Planejamento, refere-se ao valor que o governo ainda pretende gastar até o final do ano com os subsídios para o diesel. Moretti afirmou já ter apresentado a proposta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A nova MP, no entanto, não estabelece um limite para o subsídio. Por conta disso, a equipe econômica pretende incorporar os R\$ 1,12 por litro à subvenção de R\$ 1, ajustando o valor total para R\$ 2,12 por litro — mesmo patamar atual. A medida teria o prazo de vigência por 30 dias.

Moretti disse que os R\$ 5 bilhões contingenciados foram uma opção do governo de antecipar um gasto já dado como certo pelo governo. Além desse valor, R\$ 25 bilhões já haviam sido incluídos em relatórios anteriores e R\$ 10 bilhões decorrem de créditos extraordinários. “Assim que o quadro melhorar, recentemente nós tivemos alguma queda do Brent (referência internacional do petróleo), mas o spread segue altíssimo e nossa intenção é garantir o processo de abastecimento e de estabilidade do preço em relação ao diesel — lembrando que a gente ainda importa muito diesel —, mas assim que nós tivermos condições de tirar que os preços se estabilizem, nós o faremos imediatamente”, disse. (Com agências)

BC revê projeções e segue mais pessimista do que a Fazenda

» ROSANA HESSEL

O Banco Central divulgou, ontem, projeções mais pessimistas para o Produto Interno Bruto (PIB) e para a inflação do que o Ministério da Fazenda, sinalizando uma desaceleração mais forte da atividade econômica em curso desde o segundo trimestre deste ano, mas descartou risco de recessão em 2027.

“Apesar de alguma narrativa do mercado, não existe uma perspectiva de recessão significativa para o ano de 2027”, afirmou Paulo Picchetti, diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos do BC, diante da apresentação do Relatório de Política Monetária (RPM), que reduziu as projeções do PIB deste ano de 2% para 1,8% e passou a prever alta de 1,4% no PIB de 2027.

O diretor sinalizou maior preocupação com a piora das projeções do mercado para a dívida pública bruta,

que pode ultrapassar 100% do PIB nos próximos anos. “Não prevemos consolidação fiscal no horizonte relevante”, disse Picchetti

As projeções para o PIB do Banco Central neste ano e em 2027 — que foi apresentada pela primeira vez no RPM — estão mais próximas do mercado. A mediana das estimativas coletadas pelo BC no boletim Focus desta semana prevê crescimentos no PIB de 1,88%, em 2026, e de 1,43%, em 2027.

No RPM do trimestre encerrado em setembro, a autoridade monetária manteve as projeções de inflação deste ano, em 5,2%, prevista no relatório dos três meses encerrados em junho, e elevou de 3,7% para 3,9% a estimativa para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial, do ano que vem. O relatório ainda manteve em 3,2% a inflação para o atual horizonte relevante da política monetária, o

primeiro trimestre de 2028, mas passando para 3,1% no acumulado em 12 meses nos trimestres seguintes.

Otimismo

Durante a apresentação do RPM, Picchetti, o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, demonstrou otimismo em relação aos efeitos da política monetária na atividade econômica, devido ao fato de os juros continuarem elevados por mais tempo e em patamares restritivos. “A divulgação do PIB do segundo trimestre mostrou desaceleração, que é mais sentida nos componentes mais cíclicos do PIB, como consumo das famílias, que apresentou queda, e isso tem a ver com a perspectiva de que estamos vendo os efeitos defasados desse ciclo da política monetária”, afirmou Picchetti, em referência ao crescimento de 0,5% no PIB

de abril a junho após a alta de 1,1% nos primeiros três meses deste ano.

O diretor do BC ainda reconheceu que o Comitê de Política Monetária (Copom) tem sinalizado essa preocupação com a questão fiscal nas últimas reuniões do colegiado, reforçando sempre nas atas a necessidade de evitar aumentar o custo do ajuste da própria política monetária. Na semana passada, o BC reduziu a taxa básica da economia (Selic) pela quinta reunião seguida em 0,25 ponto percentual, para 13,75% ao ano, enquanto a taxa de juro neutra (que não afeta a atividade) está em 5% ao ano.

Contudo, Picchetti e Galípolo evitaram comentar sobre a política fiscal expansionista do governo neste ano eleitoral, e, muito menos, as recentes medidas de aumento de despesas anunciadas pelo Luiz Inácio Lula da Silva, que vão impactar o Orçamento deste ano e do

próximo, como o reajuste de 15% no Bolsa Família, tanto que a equipe econômica elevou para R\$ 80,9 bilhões o tamanho do rombo fiscal deste ano.

Durante a apresentação do RPM, ambos ressaltaram que a questão fiscal é um dos insumos das decisões

da política monetária do Copom. “O descasamento relacionado à economia produz um deslocamento do que é o ciclo político e as decisões do Banco Central. E como nós consumimos o fiscal como insumo e da forma como ele impacta no nosso mandato”, afirmou Galípolo.

SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE
ADMINISTRAÇÃO

MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
Concorrência nº 11/2026
O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para prestar serviços de comunicação digital, conforme descrito na Instrução Normativa SECOM/PR nº 9, de 12 de novembro de 2025, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
EDITAL: Disponível na Internet nos endereços: https://www.gov.br/compras/pt-br/ou/http://sisel.mdr.gov.br/consulta_edital.php
ABERTURA: 18/11/2026, às 10h (dez horas), no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>
Priscila Wako Freitas Figueiredo
Analista Técnico-Administrativo